

PROJETO E-NOVA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA SUA IMPLEMENTAÇÃO NAS ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE VALENÇA/BA

Líbia de Araújo Pereira¹ (UESC)

Lívia Andrade Coelho² (UESC)

Resumo: Este artigo é produto de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é analisar o Projeto e-Nova Educação implantado na Rede Estadual de ensino da Bahia, no ano de 2017, em 11 escolas, e que no ano de 2018 foi ampliado e está sendo implementado em outras unidades de ensino de todas as regiões do Estado. Segundo a Secretaria Estadual de Educação, o referido projeto visa estimular e potencializar a utilização de diversos aparatos tecnológicos, entre eles dispositivos móveis, no processo de ensino aprendizagem nas escolas. Esta pesquisa busca verificar como o Projeto e-Nova Educação está sendo implementado em 04 (quatro) Unidades de Ensino da Rede Estadual do Município de Valença/BA, analisar como está ocorrendo esta implementação, bem como, observar quais os principais desafios e dificuldades encontrados pelos Professores e Gestores das Unidades de Ensino para a efetivação do mesmo. De acordo com a Secretaria da Educação do Estado, o e-Nova Educação tem grandes potencialidades no que se refere ao desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, assim, faz-se necessário investigar se essas práticas estão realmente se efetivando, no sentido de analisá-las e socializá-las entre o corpo docente tanto das escolas que fazem parte do projeto, quanto daquelas que não foram contempladas com o mesmo, com o fim precípua de contribuir para o fortalecimento das ações do projeto. Será uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo participante, na qual serão utilizados como instrumentos questionários, entrevistas semiestruturadas e visitas in loco para observação e coleta de dados.

Palavras-chave: Educação Pública. Formação de Professores. Tecnologias Educacionais.

Introdução

Este estudo é fruto de uma pesquisa em andamento, dentro da proposta do Mestrado Profissional em Educação/PPGE – Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC, que tem como objetivo verificar como tem se dado a implementação do Projeto e-Nova Educação, nas escolas da Rede Estadual do Município de Valença/BA, bem como, observar quais os principais desafios e dificuldades encontrados pelos Professores e Gestores destas Unidades de Ensino para a efetivação do mesmo. Nosso campo para produção dos dados para análise serão quatro escolas localizadas no espaço urbano e uma no campo.

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional em Educação/PPGE/UESC, Docente da Rede Estadual do Ensino do Estado da Bahia, Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Comunicação/UESC, endereço eletrônico: lybbya_3@hotmail.com.

² Doutora em Educação, Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Professora credenciada no Mestrado Profissional em Educação/PPGE/UESC, Vice Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação e Comunicação/UESC, endereço eletrônico: coelho.livia2@gmail.com.

Essa pesquisa está pautada em três aspectos de interesse das pesquisadoras: o primeiro está relacionado ao fato da Mestranda ser professora da Rede Estadual de Ensino da Bahia desde o ano de 2004 e estar atuando desde janeiro de 2016 como Gestora do Colégio Estadual João Cardoso dos Santos, instituição situada no município de Valença/BA, uma das unidades de ensino contempladas na segunda etapa de implementação do projeto. Assim, surge a necessidade de compreender como o projeto e-Nova está sendo implementado nas escolas; se há, ou não, dificuldade(s) para sua implementação; quais as potencialidades do projeto dentro do espaço escolar; se tem influenciado a prática pedagógica dos professores que participaram da formação; e se a inserção destes equipamentos nas escolas vem modificando seu cotidiano, e, se sim, de que forma isso está acontecendo.

O segundo aspecto refere-se à necessidade da ampliação e aprofundamento de discussões sobre como esse projeto chega até as escolas e se as mesmas estão sendo preparadas para acolher a nova proposta e as suas especificidades, se os objetivos definidos pelo Governo estão sendo alcançados, assim como, se os sujeitos envolvidos no processo estão se apropriando das tecnologias disponibilizadas, como os chromebooks.

O terceiro aspecto está relacionado à relevância social desta pesquisa. De acordo com a Secretaria da Educação do Estado, o e-Nova Educação tem grandes potencialidades no que se refere ao desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, assim, faz-se necessário investigar se essas práticas estão realmente se efetivando, no sentido de analisá-las e socializá-las entre o corpo docente tanto das escolas que fazem parte do projeto, quanto daquelas que não foram contempladas com o mesmo.

Descrição do espaço da pesquisa

A pesquisa está sendo realizada no município Valença, situada no Território de Identidade do Baixo Sul do Estado da Bahia, que originalmente era distrito da Cidade de Cairú e foi emancipada politicamente no dia 10 de novembro do ano de 1849. É considerada uma cidade que se estrutura economicamente a partir da atividade pesqueira e da agricultura. No ano de 2018, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE a cidade possuía cerca de 96 mil habitantes.

No município estão instaladas 08 escolas da Rede Estadual de Ensino, que ofertam Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional. Dessas oito escolas, quatro estão localizadas no centro urbano, sendo uma delas um Centro Estadual de Educação

Profissional (CEEP), e quatro no Campo, além de dois anexos nos Distritos de Guaibim e Serra Grande. A presente pesquisa analisará quatro dessas Unidades de Ensino que foram contempladas com a implantação do e-Nova Educação, sendo três situadas no espaço urbano, e uma escola do campo. Nas quatro escolas que são foco da pesquisa estão matriculados aproximadamente 1431 estudantes no Ensino Médio e 984 na Educação de Jovens e Adultos/EJA, com um total aproximado de 100 professores atuando, segundo dados do ano de 2018, retirados do site de pesquisa Qeduc³.

Itinerância metodológica

Optamos por uma abordagem qualitativa, que segundo Godoy (1995, p. 58),

não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

Nesse contexto, a abordagem qualitativa se ocupa da análise de variáveis que não podem ser quantificáveis e dizem respeito ao universo simbólico dos sujeitos, estabelecendo um processo dialógico com eles, no sentido de compreender os significados atribuídos ao objeto de estudo. Para estabelecer a interação com estes sujeitos, foi adotado o método dialético, que segundo Gil (2008, p.14), “fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc”. Tendo em vista que a dialética entende que os fatos não podem ser analisados isolados do seu contexto e realidade social, o método dialético possibilita ao pesquisador analisar um fenômeno em todas as suas feições, relações e conexões, seus significados aparentes e como os sujeitos se situam com relação ao mesmo.

Quanto ao método, optamos por uma pesquisa participante, que segundo Gil (2008, p. 31), “se caracteriza pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa”. Assim, como integro o quadro de servidores de uma das escolas onde se desenvolverá a pesquisa, ela está profundamente relacionada aos meus interesses e

³ Disponível em: <<https://www.qedu.org.br/busca>> Acesso em: 14 abr. 2019

inquietações. Também, este método de pesquisa trabalha com o princípio de equidade entre o pesquisador e os sujeitos participantes, visto que procura compreender um dado fenômeno na interação com o grupo, a partir de situações vivenciadas cotidianamente pelo mesmo.

Definimos como instrumentos para coleta dos dados questionários, entrevistas semiestruturada e visitas in loco para observação das instituições.

A inserção das TIC nas escolas: considerações iniciais

O avanço sistemático do uso das tecnologias digitais nos mais diversos espaços, inclusive no comércio e na indústria, a expansão do acesso à internet e as informações, tem impulsionado os debates sobre a importância da inserção e utilização dessas tecnologias no espaço educacional. Mesmo que ainda não seja algo universal, não se pode negar que cada vez mais as pessoas tem tido acesso às essas tecnologias cotidianamente, o que se confirma pelos dados apontados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, num levantamento feito entre os anos de 2016 e 2017, que afirmam que mais de 60% da população brasileira tinha acesso à internet em espaços diversos, mais especificamente 64,7% em 2016 e 69,9% em 2017. O Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI), aponta que no ano de 2018 o brasileiro passava em média nove horas e quatorze minutos conectado por dia, dado que coloca o brasileiro em terceiro lugar no mundo em tempo de conexão.

Dessa forma, mesmo que as tecnologias digitais e a internet não estejam disponíveis para todos, mesmo que existam regiões que ainda não têm a banda larga, os números de cidadãos conectados de alguma forma, com as mais diversas finalidades (envio de mensagens e vídeos, assistir vídeos ou filmes, conversas via chamadas de voz e vídeo, dentre outros), tem aumentado gradativamente, através dos celulares e computadores pessoais. Pesquisas do IBGE apontam ainda que em 2017, 97% dos brasileiros que acessavam a internet, utilizavam o seu aparelho de telefone móvel (celular), e 56,6% usavam microcomputadores para acessar.

E isso se reflete no ambiente educacional, fazendo surgir a necessidade de aprofundamento nas discussões sobre como integrar o uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. O surgimento dessas tecnologias tem demandado transformações nos espaços de formação e construção do conhecimento. Sendo assim, partindo do pressuposto de que a educação escolar se baseia na construção de conhecimentos que devem estar alicerçados na realidade do estudante, não há mais como as Secretarias de Educação, a escola, os professores e todos os sujeitos envolvidos no ambiente escolar continuarem alheios a presença

cada vez maior das tecnologias, dispositivos móveis e acesso à internet, nos mais diversos espaços sociais, e às transformações que essas tecnologias tem propiciado à vida das pessoas e consequentemente ao ambiente educacional.

No ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal Brasileira pós-período da Ditadura Militar, foi definido no Capítulo III artigo 205, desta Carta Magna, que a Educação é “direito de todos, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Para estimular o pleno desenvolvimento da pessoa, se faz necessário que a educação promova nos seus espaços de formação o acesso aos conhecimentos diversos produzidos pela sociedade, com igualdades de condições, promovendo a relação entre a vida em sociedade e o mundo do trabalho.

Isto foi reforçado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB N. 9.394, aprovada em dezembro de 1996, no seu Artigo 1º, § 2º onde se afirma que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Se as leis garantem aos cidadãos que todos devem ter acesso universal aos conhecimentos produzidos em sociedade, que a educação deve estar “vinculada ao mundo do trabalho e à prática social do cidadão”, neste contexto, a escola deverá ser também o espaço de discussão, utilização e mediação para o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TIC, cuja apropriação tem avançado sistematicamente nos mais diversos contextos sociais. Mas, será que a escola pública brasileira com todas as suas dificuldades e contradições, tem dado conta de promover essa universalização do acesso, com garantia de igualdade aos que estão inseridos no seu contexto?

Vivemos no século XXI, que com a expansão do acesso as TIC e à internet tem proporcionado grandes transformações nas formas de interação e comunicação das pessoas, que para Kensky (2003), promove interferências no modo de pensar, sentir, agir, na forma de se relacionar e de adquirir conhecimentos, criando uma nova cultura e um novo modelo de sociedade. Tais mudanças exigem da sociedade uma constante atualização, havendo uma cobrança para que se tenha a apropriação das diversas possibilidades que as tecnologias podem oferecer, e a escola, enquanto lócus institucional para promoção da educação, não pode estar alheia a todas essas transformações e possibilidades, especialmente pelo fato de que as tecnologias digitais têm chegado a um número cada vez maior de espaços e atingido cada vez mais pessoas, que precisam se apropriar e ter consciência crítica do seu uso, para que possam aproveitar de todas as suas possibilidades.

No ano de 2017, segundo pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), 100% das escolas urbanas no Brasil possuem algum tipo de computador em suas dependências. Destas, 97% tem acesso à internet e são utilizados para realização de atividades administrativas, e 64% possuem um laboratório de informática. Mesmo com essas tecnologias chegando de forma mais ampla nas últimas duas décadas às escolas públicas, há ainda uma grande lacuna que deve ser superada, no meio urbano e no campo, que apresenta ainda maiores dificuldades: ainda há muitas instituições cujas máquinas estão obsoletas, em quantidade insuficiente para a demanda de estudantes, sem acesso a internet banda larga, e não conseguem sequer viabilizar recursos financeiros para a manutenção desses equipamentos. Essas dificuldades se agravam ainda mais quando pensamos nas escolas do campo. Além disso, ainda se está muito longe de haver uma utilização dessas tecnologias de forma a potencializar a produção do conhecimento crítico e que promova a autonomia do indivíduo, visto que não há um efetivo programa de formação continuada para que os professores se apropriem desses aparatos.

Apesar dos dados apontarem que a maioria das escolas urbanas possuem máquinas em suas secretarias ou, em alguns casos, nos laboratórios de informática e acesso à internet, não há indícios que a inserção dessas tecnologias nesses espaços está instituindo novas práticas pedagógicas no sistema educacional brasileiro. Infelizmente, o nosso país ainda está muito longe de poder afirmar que as tecnologias digitais e todos os seus inúmeros recursos e possibilidades, realmente estão fazendo parte da prática pedagógica e do processo de ensino-aprendizagem nas nossas escolas de forma efetiva e significativa. Mas, por que será que isso não ocorre?

Um dos fatores que interferem no processo de inserção efetiva das tecnologias digitais na escola é o fato de que muitos profissionais da educação ainda apresentam falta de conhecimento sobre as possibilidades de utilização dessas tecnologias. Sendo assim, como esse professor poderá oportunizar aos estudantes a vivência crítica das redes? Para Bonila (2010, p. 44), “um professor excluído digitalmente não terá a mínima condição de articulação e argumentação no mundo virtual, e, por conseguinte, suas práticas não contemplarão as dinâmicas do ciberespaço”. O computador de mesa e os mais variados dispositivos móveis não devem ser vistos na escola apenas como mais um recurso que possui grande potencial e que desperta no aluno o desejo pelo conhecimento, ele deve ser um instrumento que proporcione ao estudante a vivência plena e crítica da cultura digital que permeia a sociedade e que não pode ser negada no espaço da escola. No entanto, não é apenas a presença da

máquina que irá proporcionar esse despertar para o conhecimento, mas sim, a forma como esses dispositivos serão utilizados e o que será produzido.

Conforme afirma Perrenoud (2000), não se faz necessário que o professor seja um especialista em informática para que possa utilizar ou efetivar a inserção das tecnologias digitais na sua prática pedagógica, mas sim, é fundamental que ele apresente um conhecimento básico sobre os recursos e possibilidades existentes em um computador utilizado pelo estudante, principalmente se ele estiver conectado em rede, e como ele pode ser utilizado para aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem.

É fundamental também que o professor tenha consciência de que deve proporcionar aos estudantes a utilização dessas tecnologias no seu cotidiano de forma a transformar as informações recebidas cotidianamente em conhecimento, e que ele possa fazer uma leitura crítica e autônoma do que recebe não se restringindo apenas ao consumo inconsciente das informações, já que segundo Bonilla (2010, p. 57) a escola deve ser um espaço de crítica e ressignificação de todos os processos sociais, de forma a tornar-se um fator de liberdade do conhecimento, dos sujeitos, da sociedade.

Importante salientar que é imprescindível que o professor tenha uma postura crítica com relação ao uso das tecnologias digitais no seu cotidiano; ele deve estimular e propor aos alunos uma reflexão sobre este uso e os seus potenciais, não apenas considerar que o uso da máquina já é o bastante para configurar uma mudança de paradigma ou uma aula mais significativa e rica; é fundamental um planejamento e uma associação do uso desses recursos aos objetivos que deverão ser atingidos na aula.

Uma aula mal preparada não será melhor apenas com o uso do computador. A tecnologia pode talvez mascarar a deficiência de um professor, mas, se usada inadequadamente, não deixa de ser prejudicial ao aluno. (BERBEL, 1999, p. 42)

Para que o professor possa se apropriar das diversas possibilidades que a utilização das tecnologias digitais oferece é fundamental que haja uma formação contínua, já que essa utilização não deve estar associada apenas ao bom manuseio da máquina, é preciso saber associar essa utilização aos objetivos propostos pela disciplina e ao contexto social no qual o estudante está inserido. A participação em cursos de formação pode levar a um despertar para essa utilização mais efetiva e crítica.

Para Zeichner (1993), os cursos oferecidos preparam tecnicamente os professores, o que o que não é suficiente, o professor precisa se capacitar para entender por que e como

integrar o computador em sua prática educativa, atendendo aos objetivos pedagógicos e às necessidades de seus alunos. Dessa forma, se faz necessário a intensificação de políticas públicas que preparem os professores para o uso dessas tecnologias nas salas de aula, porém, é imprescindível que essas políticas não garantam apenas a inserção dos computadores, mas a manutenção, uma banda larga de qualidade e a formação de professores, bem como, garantam também investimentos na infraestrutura e equipamentos de qualidade para que os projetos e ações pedagógicas sejam efetivados de forma significativa, com uma real transformação da realidade do estudante e do professor na sala de aula e fora dela.

Iniciativas dos Governos com vistas a inserção de tecnologias nas escolas: alguns apontamentos.

Antes de analisarmos como está acontecendo o desenvolvimento do projeto nas escolas e os seus desafios, se faz necessário compreender como tem se dado o processo de discussão sobre a importância da utilização das tecnologias no contexto educacional, quais as políticas públicas implementadas para a efetivação do uso nas escolas e como isso tem reverberado no cotidiano educacional.

Sendo a escola um dos espaços institucionalizados onde os cidadãos podem acessar aos mais diversos conhecimentos, à sua análise e sistematização, as relações estabelecidas nesse espaço, são fundamentais para a efetivação plena da sua cidadania. Desta forma, é nesse espaço que eles devem também ter acesso às tecnologias, sendo preparados para um uso autônomo e crítico das mesmas, já que na sociedade atual o uso dessas tecnologias é um dos conhecimentos que compõem o capital social do indivíduo. E isso tem se configurado conforme afirma Kensky, “num grande desafio para a ação da escola na atualidade. Viabilizar-se como espaço crítico em relação ao uso e à apropriação dessas tecnologias de comunicação e informação.” (2003, p. 25).

Esse desafio se configura principalmente quando passamos a pensar a realidade das escolas que temos, especialmente as da rede pública de ensino, que se apresentam longe das condições ideais para o acesso às tecnologias, seja por não possuir máquinas e equipamentos de qualidade, nem em quantidades adequadas, seja pela falta de estrutura para receber essas máquinas, seja pela dificuldade que os professores apresentam para utilização das mesmas, por diversos aspectos, inclusive pela falta de formação específica para essa utilização. Como aponta Cysneiros (1999, p. 12) “o professor encontra-se sobrecarregado com aulas em mais de um estabelecimento, falta-lhe tempo para estudar e experimentar coisas novas recebe baixos

salários”. Para além dos problemas com a falta de formação, a Cysneiros (1999, p. 12), aponta ainda que

Nas grandes cidades, as salas de aula de tais escolas tem pouco espaço físico, são ruidosas, quentes e escuras, desencorajando qualquer outra atividade que não seja a aula tradicional. A arquitetura pobre e o mobiliário desconfortável e precário dificultam o trabalho intelectual de alunos e mestres. São instituições dependentes da administração central das redes escolares, em contextos de forte dependência da burocracia cristalizada e das oscilações de quem estiver no poder.

Nesse contexto tão cheio de problemas e desafios, como promover a inserção das tecnologias digitais de forma efetiva e que realmente promova inovações nas salas de aula? Como estimular os professores tão sobrecarregados a pensar novas estratégias de ensino com o uso das tecnologias digitais? Como pensar o uso das tecnologias digitais em escolas que na sua grande maioria não apresentam sequer uma internet de banda larga que atenda as demandas administrativas das escolas? Como pensar essa implementação nas escolas do campo, que ainda apresentam maiores dificuldades estruturais e de acesso às tecnologias em comparação com as escolas da zona urbana? São questões que nos inquietam e nos motivaram a pensar esse projeto de pesquisa.

Nas últimas três décadas, com o intuito de promover a inserção de tecnologias no cotidiano escolar, várias tem sido as tentativas dos Governos por meio de algumas políticas públicas implementadas. Segundo, Almeida e Valente (1997), as primeiras experiências para a inserção da informática no contexto educacional no Brasil datam da década de 70, com ações específicas de Universidades como a UFRJ, UFRGS e UNICAMP. No entanto, para os autores foi a partir da realização do primeiro e segundo Seminários Nacional de Informática na Educação que se inicia de fato a implementação do programa brasileiro de informática na escola, nos anos de 1981 e 1982, que deram origem ao projeto EDUCOM, primeiro programa efetivo, viabilizado pelo Ministério da Educação- MEC, em parceria com Universidades brasileiras. Já na década de 90, outros programas foram implementados no contexto das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, visando uma utilização dessas tecnologias de forma pedagógica e efetiva no ambiente escolar como o Programa Nacional de Informática na Escola – PROINFO, que foi lançado pelo Ministério da Educação, no ano de 1997, e tinha como objetivo “promover o uso pedagógico da informática na rede pública de Educação Básica. O programa levou às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais”. Nesse programa os Estados e Municípios deveriam garantir a estrutura adequada e a capacitação dos profissionais para a instalação e utilização destes equipamentos.

Podemos citar o Projeto Um Computador por Aluno – UCA, implantado pelo Governo Federal no ano 2007, que visava intensificar as tecnologias nas escolas, distribuindo computadores portáteis para os estudantes de escolas públicas.

Analisando especificamente a realidade do Estado da Bahia, podemos citar algumas ações que foram efetivadas com o intuito de estimular o uso das tecnologias nas escolas. Uma dessas ações foi o projeto que utilizava o monitor educacional, mais conhecido com TV Pen drive, como um instrumento para dinamizar o processo de ensino aprendizagem. Implementado no ano de 2009 pelo Governo do Estado, via Secretaria da Educação, instalou cerca de 22 mil televisores nas salas de aula das escolas de toda a Rede. Esses televisores tinham portas de entrada USB para utilização de Pen drive e para cartão de memória, no entanto, a falta de manutenção dos aparelhos e a falta de formação específica para o uso, dentre outros aspectos, dificultou a continuidade do projeto nas escolas. O Governo do Estado implementou ainda algumas outras ações visando o estímulo ao uso das tecnologias nas escolas, como a formação ofertada para os professores, o CATE – Curso de Aperfeiçoamento em Tecnologias Educacionais, entre os anos de 2014 e 2015, pela Secretaria da Educação em parceria com a Universidade do Estado da Bahia, no formato à distância e com carga horária de 180 horas.

No ano de 2017 a Secretaria da Educação do Estado da Bahia lança o Projeto e-Nova Educação, em parceria com o Google, envolvendo outras instituições educacionais, dentre elas, a Universidade Federal da Bahia, com o intuito de, segundo a Secretaria, potencializar a utilização das diversas ferramentas digitais e dispositivos móveis no processo de ensino aprendizagem nas escolas, levando as tecnologias digitais para dentro da sala de aula⁴.

O Projeto e-Nova, segundo informações fornecidas pela Secretaria da Educação, foi inicialmente implantado no ano de 2017, em 20 escolas da Rede Estadual, localizadas em 11 municípios, como projeto piloto⁵. Ainda segundo dados desta Secretaria foram formados inicialmente 800 professores e contemplados mais de 16 mil estudantes. Essas escolas receberam dispositivos móveis chamados Chromebooks (notebook concebidos pela Google e produzido por empresas parceiras, que possuem programas e softwares específicos para utilização em sala de aula), que possibilitam “o uso de uma suíte de aplicativos de última geração, com instrumentos de educação presencial e à distância. As interfaces

⁴ Disponível em: <<https://www.enova.educacao.ba.gov.br/entenda-o-projeto>> Acesso em: 12 abr. 2019.

⁵ Disponível em: <<https://www.enova.educacao.ba.gov.br/entenda-o-projeto>> Acesso em: 12 abr. 2019.

tecnológicas oportunizam a aproximação de estudantes e professores no contexto tecnológico do Século XXI”⁶.

No ano de 2018 o projeto foi estendido para mais 536 unidades de ensino da Rede Estadual, e nesse mesmo ano a Secretaria da Educação iniciou a formação de 24.033 mil professores, em parceria com a Organização Não Governamental - ONG Paramitas e a Universidade Federal da Bahia/UFBA, visando formar os educadores para a utilização pedagógica das tecnologias digitais no processo de ensino aprendizagem. Nessa fase, segundo dados fornecidos na página do projeto, foi proporcionado “o uso de um conjunto de softwares e aplicativos gratuitos que constituem o Ambiente Virtual de Aprendizagem de última geração escolhido por esta secretaria.” Este curso foi ofertado buscando dinamizar os processos de ensino e aprendizagem e configurar uma rede social de conhecimentos que integra estudantes e docentes, nesse ambiente que potencializa o uso pedagógico. Foram disponibilizados materiais de estudos para os cursistas, tais como, vídeoaulas, textos, fóruns de discussão, espaços para desenvolvimento das atividades propostas, divididos em dois módulos de formação.

A ONG Paramitas foi uma das parceiras da Secretaria de Educação do Estado da Bahia para a formação dos professores, sendo certificada pelo Google para implementar recursos técnicos e pedagógicos para gestores e professores das redes públicas e privadas, segundo informações fornecidas pela ONG Paramitas⁷. Em razão de a formação ter sido ofertada pela UFBA, em parceria com uma empresa que presta serviços online, a compra e envio dos Chromebooks para essas escolas especificamente para o projeto e-Nova Educação, desencadeou em todos grande expectativa sobre as possibilidades pedagógicas com o uso deste equipamento.

Esse projeto chega às escolas da Rede Estadual da Bahia criando expectativas sobre a sua utilização, as diversas possibilidades disseminadas pela Secretaria da Educação enquanto uma ação que pode potencializar as atividades pedagógicas com a utilização das tecnologias de forma efetiva. No que concerne as escolas de Valença, o projeto foi apresentado por meio de um encontro entre Gestores e Coordenadores Pedagógicos com um dos Técnicos da Secretaria da Educação do Estado, responsável pela disseminação do mesmo, onde foram apresentados alguns aspectos técnicos para a implementação.

⁶ Disponível em: < <https://www.enova.educacao.ba.gov.br/> Acesso em 12 abr. 2019.

⁷ Disponível em: < <https://www.institutoparamitas.org.br/web/> Acesso em: 08 abr. 2019.

Os Chromebooks foram entregues nas quatro escolas contempladas, dentre elas a escola na qual atuo. Nessa fase inicial da pesquisa podemos verificar que em algumas escolas os equipamentos estão sendo utilizados com mais frequência que em outras, e que algumas dificuldades estruturais já puderam ser identificadas, como, por exemplo, em uma das escolas que ao ligar os vinte cinco aparelhos simultaneamente para uso dos estudantes houve uma queda na internet. A maioria dos professores ainda apontam dificuldades para o uso inicial, no entanto, alguns deles já estão implementando atividades com o uso dos Chromebooks.

Algumas considerações

Não há mais como fugir do processo de informatização e inclusão das tecnologias digitais nas escolas. Não há mais como negar as inúmeras potencialidades dessas máquinas no cotidiano escolar. Essa realidade mostra que é fundamental uma maior interação de professores e estudantes com os aparatos tecnológicos, e que deve ser permanente a busca pela compreensão de como esses equipamentos podem contribuir para um avanço no processo de ensino-aprendizagem, assim como, é importante a construção de uma percepção crítica dos conhecimentos produzidos socialmente por meio das tecnologias. É um caminho sem volta, e os professores necessitam se apropriar disso, buscando um aperfeiçoamento e a interação com essas tecnologias para que possam enriquecer ainda mais as suas aulas, tornando o conhecimento mais significativo e os estudantes mais conscientes do seu papel dentro dessa sociedade digital e dinâmica na qual vivemos.

Nesse contexto, diante da vivência na escola com o Programa e-Nova Educação tem sido possível verificar que é imprescindível que sejam feitos investimentos pelo poder público para aquisição de equipamentos, que sejam também feitas melhorias na infraestrutura das escolas para receber esse projeto de forma adequada, mas também faz-se necessário que seja garantida a formação dos profissionais que atuam nas Unidades de Ensino, visto que muitos ainda apresentam dificuldades em manusear os equipamentos e aplicativos do referido projeto.

Nesse contexto, formar o professor para a utilização das tecnologias digitais é oportunizar uma reflexão sobre essa utilização, sobre os seus potenciais, sobre suas possibilidades pedagógicas e sobre como elas podem proporcionar aos estudantes uma ampliação da sua visão de mundo, das suas relações com outras pessoas e com o

conhecimento e como isso pode levá-lo a compreender melhor o seu papel na sociedade na qual está inserido.

Referências

ALMEIDA, Fernando José de; VALENTE, José Armando. **Visão analítica da informática na educação no Brasil: a questão da formação do professor.** Disponível em: <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/rbie/1/1/004.pdf>> Acesso em: 05 abr. 2019.

BERBEL, Alexandre Costa et al. **Guia de Informática na escola: como implantar e administrar novas tecnologias.** Alabama Editora, 1999.

BONILLA, Maria Helena Silveira. **Políticas Públicas para Inclusão Digital nas escolas.** Motrivivência, Nº 34, Jun. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/17135/15840>> Acesso em 05 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira de 1988.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf> Acesso em: 05 abr 2019.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua, 2018.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativopdf> Acesso em 05 abr. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em: 06 abr. 2019.

CETIC.BR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias e da comunicação no Brasil.** Disponível em: <https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic_dom_2017_livro_eletronico.pdf> Acesso em 05 abr. 2019.

CYSNEIROS, Paulo Gileno. **Novas Tecnologias na sala de aula: Melhoria do Ensino ou Inovação Conservadora?** Informática Educativa, v. 12, nº 1, 1999. Disponível em: <http://www.pucrs.br/ciencias/viali/doutorado/sat/textos/articles-106213_archivo.pdf> Acesso em: 06 abr. 2019

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n.2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995.

KENSKY, Vani Moreira. **Tecnologias e Ensino Presencial e a distância.** Campinas/SP, Papyrus, 2003.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar**, Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

ZEICHNER, K.M. **A Formação Reflexiva dos Professores: ideias e práticas**. Lisboa: Educa, 1993.